

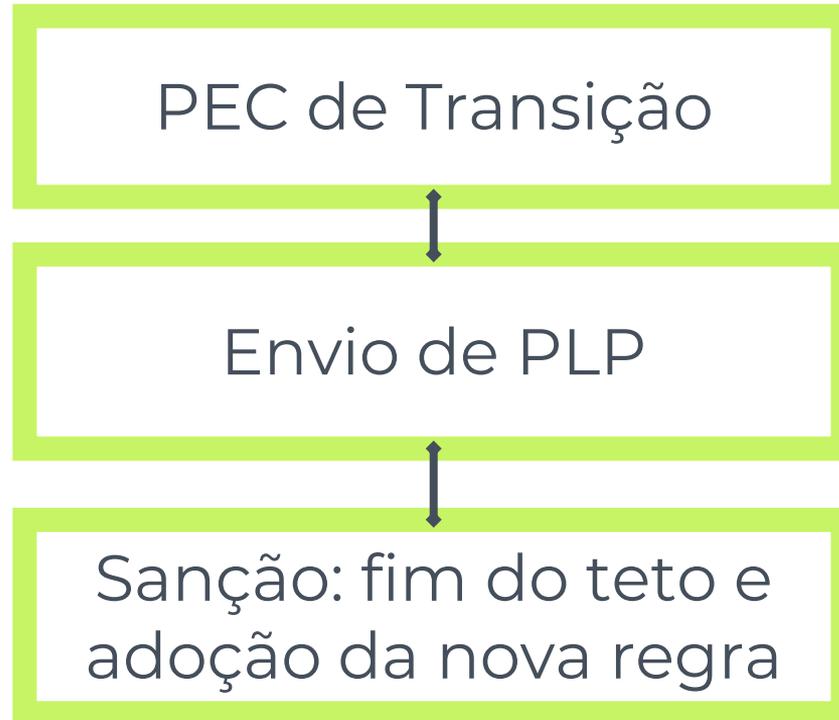
O Novo Teto de Gastos e a oportunidade perdida

1.

Aspectos Gerais

PLP 93 de 2023

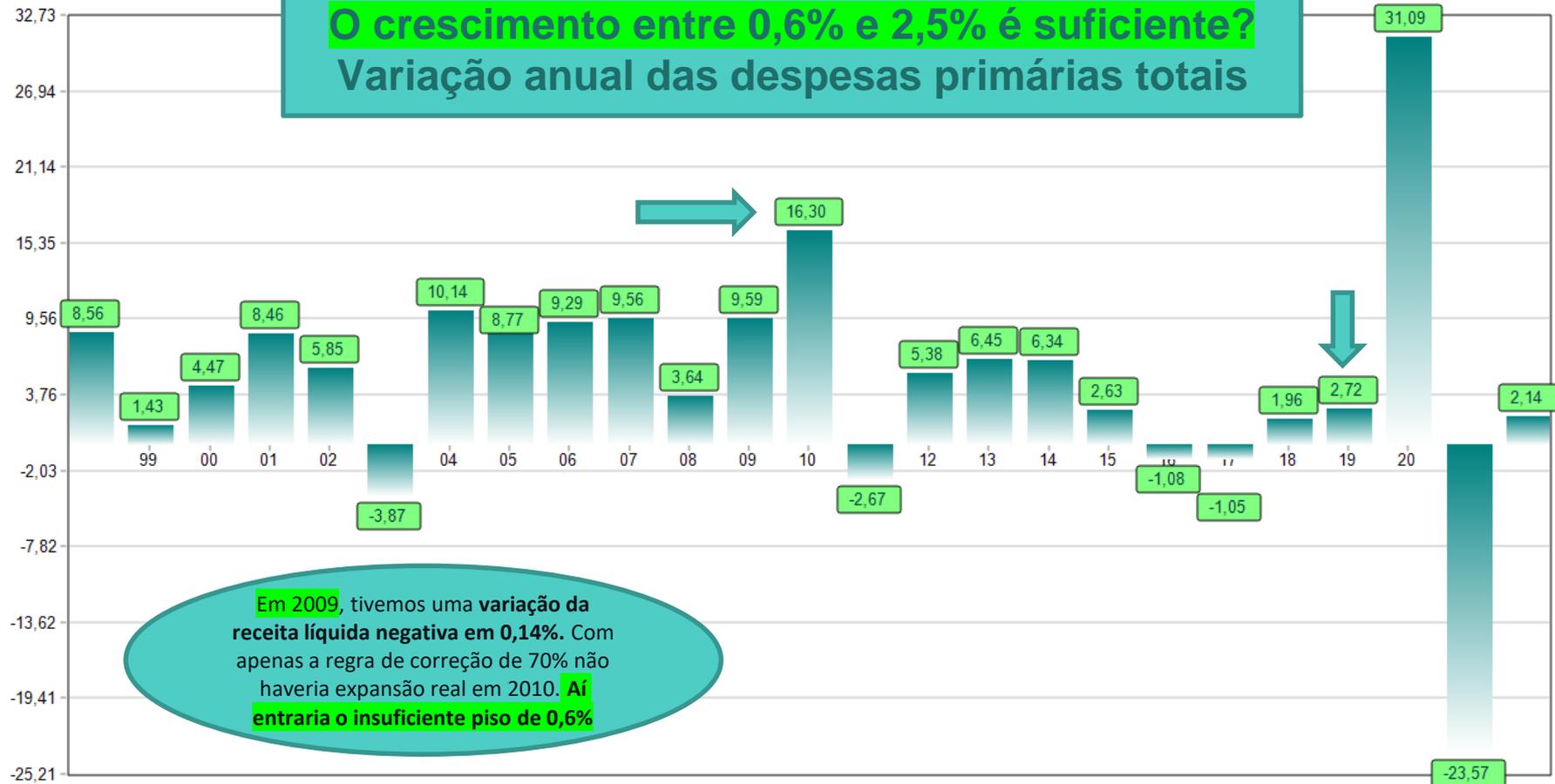
Breve histórico



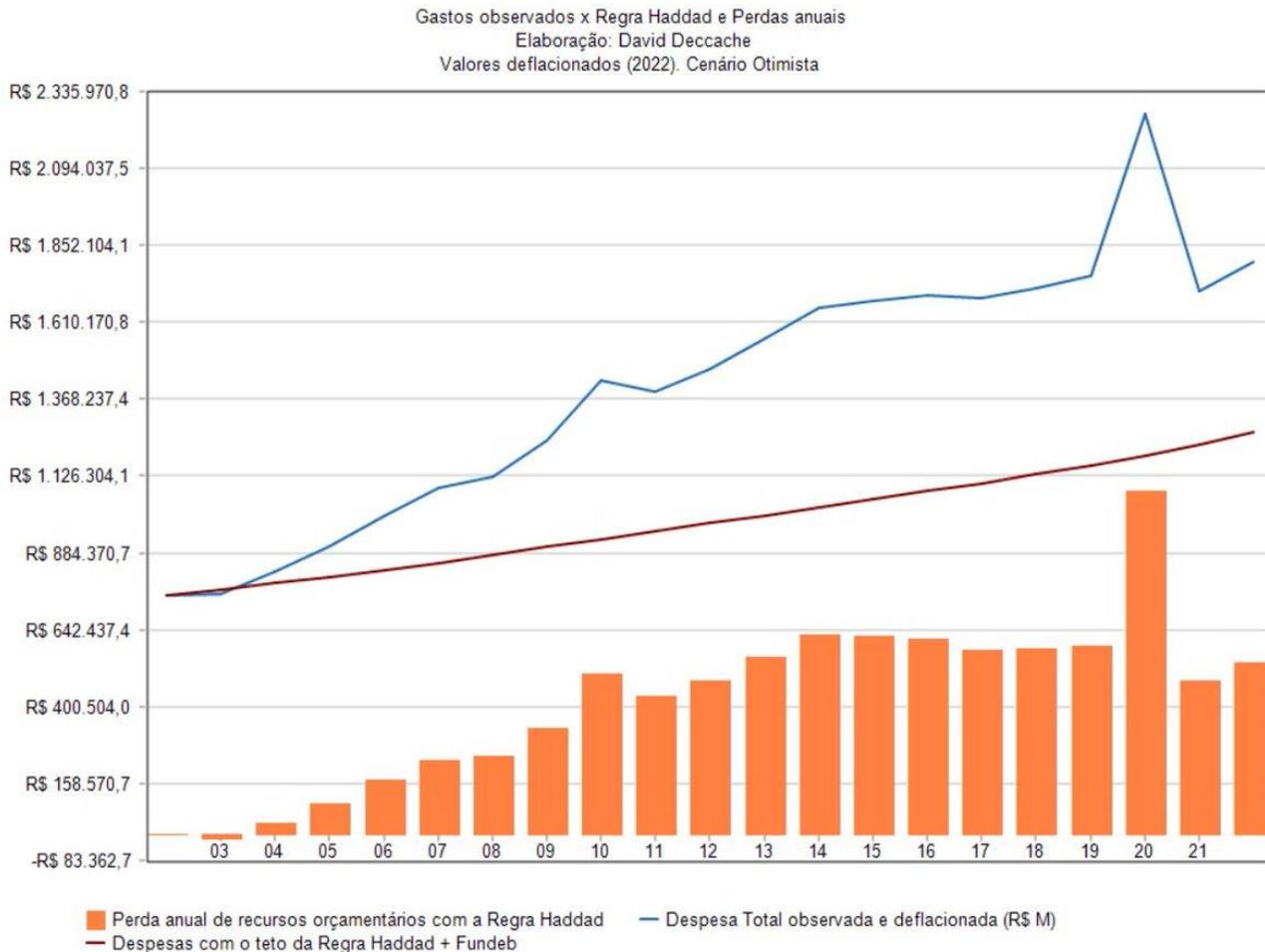
Regra principal: o duplo teto e o piso para o abismo.

- **1º Teto:** O crescimento anual da despesa fica limitado a um teto de apenas **70% da variação da receita** dos últimos 12 meses.
- **2º Teto:** Os gastos podem crescer acima da inflação no **máximo 2,5% ao ano.**
- **O piso:** Fica garantido um piso de, pelo menos, 0,6% para o crescimento real. **Em crise, vamos afundar!**

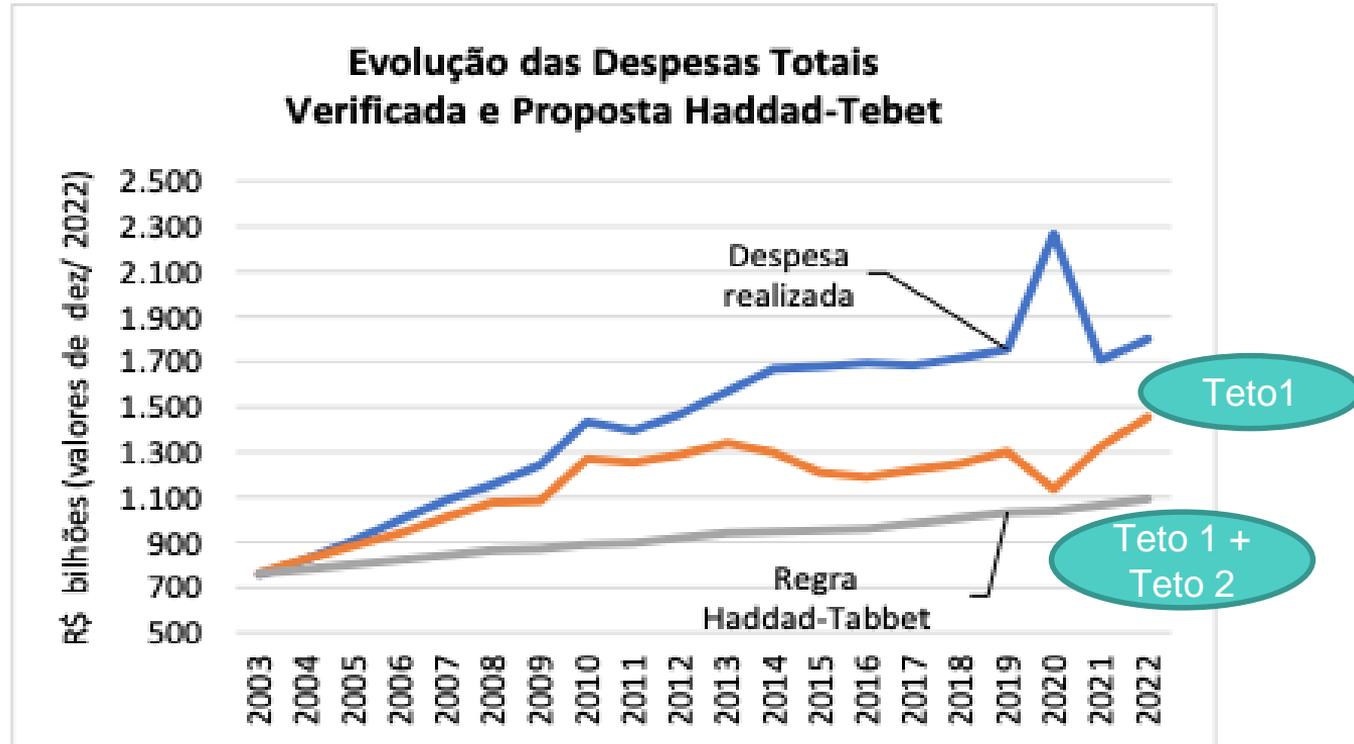
O crescimento entre 0,6% e 2,5% é suficiente? Variação anual das despesas primárias totais



No total, o país, em 20 anos, teria perdido R\$ 8,8 trilhões de gastos públicos.



Simulação de Alves e Sicsú: R\$ 10 trilhões de perdas!!!



A PEC da revogação dos atuais pisos da saúde e da educação: a segunda fase do arcabouço

O GLOBO | Economia

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse nesta quinta-feira que o governo avalia mudanças nas regras de correção dos pisos de gastos de saúde e educação. As **discussões fazem parte do novo arcabouço fiscal.**

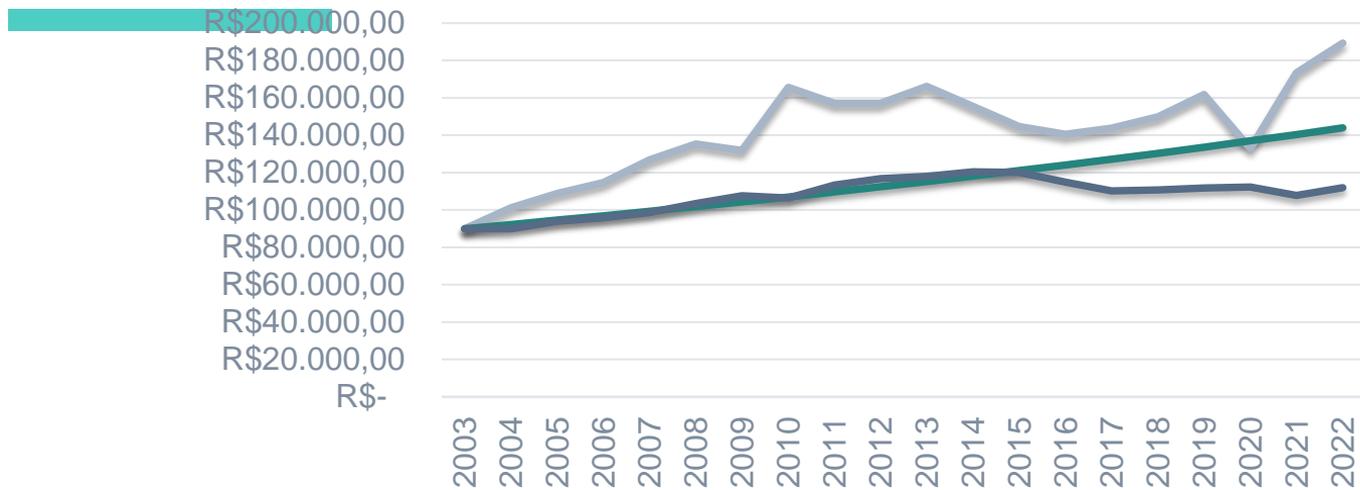


"Segundo a equipe econômica, esses pisos criam problemas

porque os gastos totais do governo estão submetidos a uma regra geral, que era o teto de gastos e será substituída pelo novo arcabouço fiscal. Dessa forma, caso os gastos com uma das duas áreas (educação e saúde) cresçam mais que a média das despesas, sobra uma fatia menor para outros tipos de gastos."

Fonte: Agência Brasil - EBC

Simulação regras propostas p/ a saúde: perdas entre R\$ 692 bi e R\$ 546 bi



— Mínimo Constitucional da Saúde - Regra Constitucional

— Mínimo Constitucional da saúde conforme a regra geral de gastos no melhor cenário possível (taxa de crescimento de 2,5%).

— Mínimo Constitucional da saúde por PIB per capita

Segundo o governo, o novo teto é mais restrito em relação às exceções que o do Temer: aportes do Tesouro no BNDES e CAIXA entram no novo teto.



Menu

O GLOBO

Economia

VOLTE A ASSINAR

Buscar

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, diz que a nova âncora fiscal para as contas públicas tem uma abordagem mais restritiva sobre as exceções de despesas do governo, em relação à regra vigente aprovada durante o governo Temer - o chamado teto de gastos. Segundo ele, a regra traça um caminho de "sustentabilidade fiscal" nos próximos 20 anos, equilibrado com as necessidades sociais do país.



Temer considera o novo arcabouço uma adaptação do teto originado pela PEC da morte e mera antecipação da revisão que aconteceria em 2026.



“não é ruim” porque é uma “adaptação” do teto de gastos aplicado na sua gestão.

“Tenho muito orgulho de ter inaugurado a tese do teto para os gastos públicos no país (...) a norma já previa uma revisão do teto, o que o governo resolve fazer agora, com essa adaptação”, disse Temer à Veja.

Regra de primário: métrica para punições e bônus

- A segunda regra recupera as antigas metas de resultado primário, agora com bandas. É uma regra secundária, que estabelece **bônus e punição.**
- **Punição:** Caso o resultado primário fique abaixo da banda de **tolerância da meta**, o limite para os gastos cai para 50% do crescimento da receita. Pune o Brasil em crises, que é quando a meta não pode ser cumprida
- **Bônus:** Caso o resultado primário do governo fique **acima do teto da meta**, o excedente poderá ser utilizado para investimentos. Para os anos de 2025 a 2028, a dotação extra para investimentos não pode ultrapassar os R\$ 25 bilhões. Muito pouco!
- **Pretende eliminar o déficit primário já em 2024.** A proposta prevê um superávit nas contas públicas em 0,5% do PIB em 2025 e de 1% em 2026. Para evitar uma rigidez excessiva, essa meta contempla uma banda de +/- 0,25% para o resultado primário

Quatro grandes problemas

Coloca os pisos da saúde e educação em risco.

Sem romper com os pisos, o arcabouço é insustentável. A PEC prometida é consequência do novo teto

1

2

Se tiver crise, o país vai afundar!

É um absurdo alguém considerar crescimento real de gastos de apenas 0,6% em momento de crise.

3

4

Salário mínimo e servidores públicos em risco.

O crescimento dessas despesas tende a acompanhar os limites máximos do teto

Investimentos Públicos como variável de ajuste

Novo PAC em risco. Crescimento ameaçado